

# As emoções na constituição de uma individualidade empreendedorista: contribuições possíveis a uma sociologia econômica da atualidade

**Túlio Cunha Rossi**

## Resumo

Este artigo propõe uma analítica sociológica dos processos de individualização na contemporaneidade, posicionando-se de forma crítica às perspectivas que tendem a identificá-lo como simples decorrência do neoliberalismo nos campos político e econômico. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva compreensiva, argumenta-se em prol da individualização como processo histórico e cultural que, ao mesmo tempo, afeta e é afetado pelo mercado nas sociedades capitalistas. Ainda, destaca-se que, embora a individualidade fosse elemento presente nas bases políticas e ideológicas das sociedades modernas, esta hoje seria ressignificada, conferindo lugar especial à dimensão emocional e subjetiva, distinguindo-se da ênfase na racionalidade econômica liberal. Assim, propõe-se uma contribuição da perspectiva cultural à sociologia econômica, voltada ao empreendedorismo e à significação que as emoções adquirem nesse contexto.

**Palavras-chave:** Individualização. Neoliberalismo. Emoções. Empreendedorismo.

## Introdução

O presente texto propõe uma analítica sociológica do empreendedorismo de si enquanto expressão de um processo histórico e cultural de individualização radical na contemporaneidade. Nesse sentido, exploram-se, criticamente, as associações recorrentes entre esse processo, a economia e as políticas neoliberais que tendem, mais ou menos explicitamente, a conferir a estas últimas a causalidade do primeiro. Contrariando perspectivas que



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

tendem a condicionar a cultura e o comportamento individual às condições econômicas e estruturais do neoliberalismo, propõe-se uma análise mais complexa sugerindo relações de múltiplas casualidades e não deterministas. Assim, na abordagem ora apresentada, as emoções ganham relevo por sua intrínseca relação com as noções mais básicas de individualidade e subjetividade.

A própria terminologia que se adota para se referir à constituição de indivíduos supostamente autônomos e autossuficientes, sobretudo no mercado de trabalho, com expressões como “empreendedorismo de si” e “gestão das emoções”, facilmente conduz à interpretação corriqueira de uma cultura determinada, inclusive em sua linguagem, pela racionalidade econômica capitalista, tornando-se abrangente como espécie de lógica única de todas as esferas das vidas social e individual. Nossa proposta segue por outro rumo. Sem ignorar que a terminologia, a lógica e a racionalidade neoliberais são incorporadas à cultura e às práticas cotidianas de muitos indivíduos hoje, interferindo em como tomam suas decisões e constituem suas identidades, acreditamos que se trate menos de uma cultura “neoliberal”, levando em conta sua dimensão economicista e política, mas, antes, da expressão de um processo histórico de individuação que passa pela economia, ao mesmo tempo em que é atravessado por ela em sua dimensão estrutural. Contudo, no nível das relações cotidianas, sobretudo nos campos do trabalho e do consumo, para os atores sociais, essa racionalidade econômica constitui apenas uma entre outras ferramentas possíveis de aquisição de recursos para fins de autorrealização e construção de identidades singulares. Assim, nossa hipótese é de que a lógica, os discursos, os valores neoliberais são apenas parcialmente incorporados à cultura da individuação como recursos práticos para uma produção consciente e intencional de si, numa sociedade onde a individualidade assume caráter sagrado, acima inclusive da prosperidade econômica e do sucesso pecuniário.

Para defender tal abordagem, partir-se-á da sociologia weberiana, lembrando seus apontamentos sobre o desenvolvimento e a transformação de uma ética protestante para a constituição de um “espírito capitalista”, mesmo tendo em seu cerne discursos contraditórios aos valores e às práticas estabelecidos na sociedade capitalista (WEBER, 2007). Entendemos,

a exemplo de Weber, que determinadas condições culturais e históricas específicas foram essenciais não apenas para configurar e fazer prosperar um determinado sistema econômico até então sem precedentes, mas também que, justamente por meio da dimensão cultural, os valores, as lógicas, os elementos significativos desse sistema se revestiram de relevância, a qual não pode ser aferida apenas com base em um cálculo materialista. Assim, como se nota em diferentes trechos de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (WEBER, 2007), as emoções; sua estimulação e gestão têm importante papel, superando o que, posteriormente seria instrumentalizado pela economia capitalista. Retomamos, então, a crítica que Weber (2008) faz ao pensamento econômico de sua época em *A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais*, ao apontar que a dimensão econômica se reveste de importância dentro de uma cultura específica que a estabelece como valor, sendo a sua explicação aparentemente objetiva resultado de juízos de valores mais ou menos arbitrários, que só adquirem sentido dentro dessa referida cultura.

Desse modo, sustenta-se aqui uma abordagem do empreendedorismo de si não de uma perspectiva psicologizante nem de uma perspectiva economicista, identificando no empreendedorismo a expressão patente da cristalização de uma cultura da individualização nas sociedades capitalistas contemporâneas. Nesse sentido, nossa hipótese é de que o neoliberalismo, embora ofereça substrato econômico, político e institucional para promover determinados valores e comportamentos – especialmente os discursos de empreendedorismo diante da crescente precarização do trabalho – não é, em si, determinante nem produtor de uma “cultura neoliberal” generalizada. Se há uma “cultura neoliberal”, trata-se de algo extremamente restrito a membros das elites econômicas e políticas, mas não como algo incorporado e compartilhado nos demais estratos sociais. Em adição, acreditamos que a adesão a discursos e valores que aceitam a precarização das relações de trabalho característicos do empreendedorismo de si, além de seu caráter praxiológico – adesão a uma determinada lógica de trabalho com fins de sobrevivência – expressa o desejo de uma identidade “autêntica”, supostamente autoproduzida, menos baseada na atividade laboral e mais em gostos objetivados através do consumo de variados bens e serviços; experiências emocionais e autoconhecimento.

O texto é organizado da seguinte forma: na primeira seção, introduz-se a discussão sobre o indivíduo na Sociologia, desde autores clássicos a contemporâneos e apresentam-se o conceito de individualização aqui mobilizado a partir de Danilo Martuccelli (2007, 2010) e Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (2002), apontando seu caráter estrutural e macrosociológico, que se apoia tanto institucionalmente quanto econômica e politicamente. Nessa mesma seção, chama-se a atenção para o empreendedorismo de si, com base nos escritos de Nikolas Rose (2011) e defende-se a abordagem desse tema como expressão cultural dos processos de individualização radicalizada que ganham destaque a partir das últimas décadas do século XX. Na segunda seção, apresenta-se a crítica às perspectivas economicamente deterministas acerca da cultura e do neoliberalismo, com destaque à perspectiva de Dardot e Laval (2016). No terceiro tópico, que antecede as considerações finais, apresenta-se uma discussão mais direcionada às emoções e à centralidade que essas adquirem na cultura da individualização contemporânea, encontrando substrato material em práticas de consumo para produção de si.

## **2. Indivíduo e Individualização nas Ciências Sociais**

Na história das ciências sociais, dos clássicos aos contemporâneos, o indivíduo como categoria analítica ensejou variadas abordagens e intensos debates que, por caminhos diferentes recaíam no dilema entre agência e estrutura. Não é propósito deste artigo recuperar ou lançar nova luz sobre debate quase tão antigo quanto a própria sociologia. Contudo, a menção a este debate ao indivíduo é importante no sentido de sublinhar a importância da categoria indivíduo como “problema” – tanto de pesquisa quanto fonte de conflitos epistemológicos aparentemente não resolvidos – na história da sociologia e, *vis-à-vis*, das sociedades modernas.

Durkheim (1999), ao buscar estabelecer os fatos sociais como objeto primordial da sociologia, demarca sua diferenciação em relação aos temas do indivíduo e da psicologia, sem, contudo, negar a existência de uma dupla consciência, ao mesmo tempo social e individual. Também é central na obra de Durkheim o papel da intensa divisão social do trabalho nas sociedades modernas e a consequente diferenciação dos indivíduos

– caracterizando uma forma de individualização – que acaba, entre outros fatores, contribuindo para a relativização das normas sociais que conduzem à anomia, bem como ao enfraquecimento de laços sociais associado ao suicídio egoísta. Nota-se, portanto, que na abordagem durkheimniana, declaradamente voltada para a coletividade, as temáticas acerca da individualidade são significativamente presentes em sua obra.

Marx, por outro lado, reitera o caráter de construção histórica do indivíduo tal como concebido nas sociedades modernas, de modo a aparentar um dado da natureza humana. Situar historicamente essa modalidade de indivíduo é um elemento fundamental da crítica à economia política (MARX, 2008) proposta por Marx a fim de desvelar o véu da ideologia que encobre as relações intrinsecamente exploratórias de produção material no sistema capitalista. Novamente, embora o indivíduo não seja central em sua abordagem, ele não é ignorado, mas abordado como um ser natural, de existência concreta e, necessariamente histórico, sendo um produto da sociedade.

Já outros clássicos, como Simmel (2006) e Weber (2000), conferem mais atenção à figura do indivíduo em suas epistemologias, sendo este menos uma manifestação da estrutura, como é comum se inferir dos outros dois, mas alguém com potencial agência, ainda que limitado não apenas por condições materiais e estruturais objetivas, mas pela própria presença e agência de outros indivíduos, com interesses não raramente conflitantes. Mas se, por um lado, Simmel situa sua analítica não no indivíduo, mas nas interações e nos processos de socialização em que este, no convívio constante com outros indivíduos se insere. Weber, por outro lado, já coloca o indivíduo, na qualidade de agente, como central na definição do objeto de sua sociologia compreensiva, a ação social:

Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem a um sentido subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso. (WEBER, 2000, p. 3).

Ao longo da história da sociologia, as diferentes abordagens do indivíduo se traduziram no conflito entre agência e estrutura: nas abordagens

voltadas à agência, o social seria percebido como produto de ações individuais mais ou menos coordenadas, mas geralmente conscientes, intencionais e racionais, enquanto naquelas mais voltadas à estrutura, as ações individuais seriam determinadas pela estrutura, independentemente da vontade ou consciência dos agentes.

Em sua tentativa de formular uma “grande teoria” sociológica, Talcott Parsons aparentou tentar, em um primeiro momento, conciliar esses dois extremos através de sua complexa teoria dos sistemas, para, afinal, defender a preponderância da estrutura sobre a ação, detalhando-a desde o nível macro ao nível das escolhas e decisões “individuais”. Conforme aponta Luhmann:

Toda a obra de Parsons pode ser catalogada como variações infundáveis da fórmula compacta: *action is system*. Não é necessário chegar a determinar se tal formulação aparece escrita em sua obra, mas, em todo caso, foi uma expressão que ele empregou, alguma vez, na comunicação oral [...] E se lhe fosse perguntado – como frequentemente se tenta fazer com os teóricos especulativos – algo que externasse a forma mais depurada de sua teoria, ele certamente teria respondido: “*action is system*” (LUHMANN, 2010, p 41).

Também em Parsons destacou-se a ideia de um individualismo institucionalizado, termo que será utilizado posteriormente por Beck e Beck-Gernsheim (2002) para se referirem, na segunda metade do século XX, à institucionalização dos valores individualistas como base das políticas de bem-estar social no período pós-guerra no hemisfério norte. Já sob outra perspectiva, a temática do indivíduo também se mostra central na sociologia de Norbert Elias (1994a, 1994b) e sua definição de figuração enquanto redes de interdependências. Nisso, ressaltam-se, no processo civilizador, por um lado, a formação cada vez mais complexa da psique humana, diante de configurações sociais também cada vez mais complexas e extensas, bem como, por outro, os resultados não planejados das variadas combinações de ações humanas, ainda que individualmente racionalizadas e estrategicamente calculadas.

Em produções mais recentes, autores como Lahire (2002), Martuccelli (2007, 2010) e Beck e Beck-Gernsheim (2002), sob diferentes abordagens, conferiram maior atenção à temática do indivíduo do que seus antecessores. Beck e Beck-Gernsheim (2002) propõem uma analítica dos

processos de individualização que ocorrem no mundo ocidental moderno pós-segunda guerra mundial, caracterizado por, entre outras coisas, a já mencionada institucionalização do individualismo, onde o fundamento de políticas públicas de bem-estar social e promoção de direitos iguais e acesso à educação – especialmente para mulheres, como observa o autor – estaria em o Estado oferecer as condições básicas para a promoção e o exercício da individualidade dos cidadãos, através, sobretudo, do acesso a aptidões para a escolha de suas carreiras profissionais e estilos de vida. O autor relaciona esse processo diretamente à difusão de discursos e conquistas do feminismo desde os anos 1960, com maior participação das mulheres no mercado de trabalho formal.

Posteriormente, o autor observa o declínio dessas condições de amparo pelo poder público; por outro lado, percebe a cristalização e generalização de ideais e valores individualistas que levam à reconsideração de determinações institucionais – seja no campo da política, da família ou das tradições – que contribuem para a normalização da “busca de soluções biográficas para contradições sistêmicas” (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002 p. xxiii), do tipo “faça você mesmo”. Os próprios autores, no início de seu prefácio, tentam distinguir sua perspectiva de individualização, associada ao individualismo institucionalizado, da ideia neoliberal do indivíduo do livre mercado (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002, p. xxi).

Conforme Martuccelli (2007) observa, uma característica fundamental da abordagem de Beck e Beck-Gernsheim (2002), a qual ele chama de perspectiva da individuação, é que se trate de um processo macrossociológico, de dimensões estruturais, extrapolando o universo psíquico dos agentes para se constituir através de leis; políticas públicas e ações do Estado; na configuração da economia, dos mercados de trabalho e mesmo nos arranjos familiares e afetivos. Contudo, não se trata de uma abordagem que busca explicações externas, estruturais a comportamentos individuais, mas observa uma configuração específica das sociedades modernas contemporâneas onde a figura do indivíduo adquire centralidade para a própria estruturação dessas sociedades. Em outros termos, torna-se um fenômeno social quase generalizado – ainda que com amplas variações de escala conforme contextos econômicos, culturais e geográficos – o estabelecimento

da individualidade como referência – ética; moral; política, econômica e legal – fundamental das sociedades contemporâneas.

Bernard Lahire (2002), por outro lado, ao propor uma sociologia à escala do indivíduo, ressalta o caráter plural e os vários atravessamentos de diferentes influências e disposições comportamentais nos processos de socialização, colocando-se, em muitos pontos, como crítico à sociologia disposicionalista bourdieusiana e à preponderância que as posições na estratificação social assumem nesta. Trata-se de uma abordagem centrada nos comportamentos individuais e em como nestes se manifestam, em maior ou menor grau, as diferentes matizes do social.

Já Martuccelli, com extensa produção bibliográfica recente sobre o tema da individualização, toma como referência, em grande parte a perspectiva da individuação de Beck e Beck-Gernsheim (2002), no sentido de conceber a dimensão histórica e macrosociológica da produção dos indivíduos contemporâneos. Nisso, o autor propõe uma analítica da singularização enquanto uma dinâmica histórica central hoje:

Agora, se a dinâmica histórica central é a expansão da singularidade, por que dar um papel decisivo aos indivíduos? Porque a singularização, ao contrário de outras grandes tendências sociais (racionalização, diferenciação, mobilização...) só obtém sua total significância ao nível dos indivíduos. A singularização, devido à sua dimensão qualitativa inseparável, requer especial atenção às experiências individuais. (MARTUCELLI, 2010, p. 14).

Ao identificar as sociedades contemporâneas como singularistas, Martuccelli sublinha a noção de “provas”, uma vez que estas funcionariam como marcos coletivamente reconhecidos na constituição desses indivíduos singulares, relacionando, assim, trajetórias individuais à estrutura social. Fazem parte das provas, na concepção do autor, a conquista do emprego e formação de uma carreira; estabelecimento de relacionamentos afetivos e constituição de família, conclusão de estudos, entre outros. Tratam-se, essencialmente, de marcadores sociais que mapeiam e orientam a constituição desses indivíduos singulares em suas biografias como bem ou malsucedidos.

No campo da psicologia social, Rose (2011) discute a “invenção do self” antes histórico que individual, o qual, embora tome a noção de



subjetividade como categoria central na constituição dos indivíduos, responde, em diferentes estratos sociais, a imperativos que se apresentam como gerais e essencialmente “humanos”, definindo um “regime do self”. Nesse sentido, o autor defende “uma hipótese de uma normatividade comum” (ROSE, 2011, p. 13) que corresponde a:

[...] uma espécie de traços comuns nos ideais regulativos que dizem respeito a pessoas que trabalham em todas essas diversas práticas que agem sobre seres humanos, jovens e velhos, ricos e pobres, homens e mulheres, pretos e brancos, presidiários, loucos, pacientes, patrões e empregados: ideais que dizem respeito à nossa existência enquanto indivíduos habitados por uma psicologia interior que anima e explica nossa conduta e nossos esforços por autorrealização, autoestima e autossatisfação na vida cotidiana. (ROSE, 2011, p. 13).

O que entendemos como “empreendedorismo de si” neste artigo corresponde a um aspecto dessa normatividade amplamente difundido hoje e que se caracteriza por, dentre outros fatores, o recurso cada vez mais popularizado a um léxico próprio do mundo empresarial, o qual é aplicado a diferentes esferas da vida, tais como os relacionamentos afetivos e familiares. Esse léxico encontra sua maior difusão em conteúdos que se apresentam como de autoajuda – livros; páginas da internet e vídeos – de caráter intrinsecamente motivacional. De modo que, aparentemente, muitas vezes, o direcionamento das estratégias e técnicas não é para a resolução de problemas ou a conquista de fins específicos, mas produzir um estado emocional de motivação e disposição constante, aliado a um senso de resiliência que permita a manutenção desse estado mesmo em situações adversas.

### **3. Neoliberalismo, Mercado e Cultura**

A partir dessa síntese de algumas abordagens do indivíduo na sociologia, sublinhamos uma abordagem que recusa tanto o psicologismo quanto o estruturalismo, concordando com Martuccelli (2010) que a singularização se torna uma característica central da cultura contemporânea, sendo, por definição, diretamente vinculada à ideia de indivíduo singular. Este, mais do que uma categoria analítica, torna-se um conceito valorativo amplamente compartilhado e difundido que reúne tanto aspectos abstratos – moral; liberdade; autoconsciência – quanto práticos e materiais como a atividade laboral; a gestão de recursos financeiros; contratos de crédito;

hábitos de consumo e cuidados com o corpo e a saúde.

Então, entendemos que, embora a noção de indivíduo esteja no cerne das sociedades modernas, ela se alinhava, pelo menos até meados dos anos 1960, a noções igualmente centrais de trabalho, racionalidade e patrimônio. Nesse sentido, ideias tais como o estabelecimento de uma carreira profissional longa em uma mesma organização associavam-se a planos de constituição de uma família nuclear burguesa; construção, aquisição e incremento de imóveis e investimento na educação e suporte financeiro a novas gerações, também como forma de preservação e expansão do próprio patrimônio e garantia de alguma segurança e conforto na senioridade. O senso de planejamento racional e calculado em cenário de relativa e pressuposta previsibilidade orientava o modo de vida das classes trabalhadoras que introjetaram os ideais capitalistas de ascensão social através da atividade laboral.

Contudo, diferentes autores apontam, a partir dos anos 1970, com a ascensão de políticas econômicas e discursos neoliberais – sobretudo nos Estados Unidos, sob a gestão Reagan, e na Inglaterra, sob a gestão Thatcher – uma série de mudanças nessas perspectivas, em grande parte associadas à redução do papel do Estado na garantia de condições estruturais para a conquista e manutenção desses projetos de realização individual, promovendo, em contraponto, a responsabilização individual por problemas de base coletiva; desde as crises econômicas a problemas ambientais e saúde (LASCH, 1983). Boltanski e Chiapello (2009) destacam essas mudanças no mundo e nas relações do trabalho, com a mercantilização de características pessoais – sobretudo interacionais – como parte das demandas cada vez mais comuns no mundo do trabalho e das organizações.

Dardot e Laval (2016), em direção semelhante, apontam para uma “nova razão do mundo”, a qual seria necessariamente neoliberal. Nesse sentido, definem o sujeito neoliberal do seguinte modo:

O sujeito neoliberal em formação, do qual gostaríamos de delinear aqui algumas das características principais, é correlato de um dispositivo de desempenho e gozo que foi objeto de inúmeros trabalhos. Não faltam hoje descrições do homem “hipermoderno”, “impreciso”, “flexível”, “precário”, “fluido”, “sem gravidade”. Esses trabalhos preciosos, e muitas vezes convergentes, no cruzamento da psicanálise com a sociologia, revelam uma condição nova

do homem, a qual, para alguns, afetaria a própria economia psíquica. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 341).

Diferentemente de Boltanski e Chiapello, que dedicam maior atenção à ideologia de diferentes períodos históricos do sistema capitalista como forma de “justificação” e, portanto, legitimação de seu *modus operandi*, Dardot e Laval concentram-se na produção de uma nova racionalidade neoliberal, necessariamente condicionada por uma condição histórica política e econômica específica. Dentro da perspectiva dos autores, ganha relevo a incorporação de uma nova racionalidade cuja base é essencialmente econômica, sendo esta tomada como modelo para outras esferas da vida. Nesse sentido, é possível inferir uma generalização de um modo de cálculo econômico específico que, por sua vez, recai na armadilha do determinismo econômico sobre outras esferas da vida social e psíquica. Assim, considera-se que a dimensão das emoções e da cultura não são propriamente desprezadas, mas encontram suas explicações e justificações sempre no campo do material, enquanto o inverso não ocorreria. Os autores assim definem o neoliberalismo:

[o neoliberalismo], antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...] O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15).

A própria noção de um “sujeito” neoliberal já sugere, dentro das perspectivas mais correntes, uma posição subjugada a forças externas incontornáveis. Nesse sentido, o adjetivo “neoliberal” não é utilizado para uma ou outra dimensão da realidade – no caso, política e econômica – mas como uma condição sócio-histórica absoluta, que determina, através de sua racionalidade específica, toda a existência, desde o nível psíquico ao cultural e social. Além disso, a definição do neoliberalismo como racionalidade escamoteia os aspectos emocionais e afetivos tanto do comportamento desse

período quanto da própria configuração dos mercados, reduzindo-as a um epifenômeno dentro de uma realidade sempre economicamente determinada. Isso também ocorreria com a cultura e os processos de significação da realidade.

Outro problema dessa perspectiva é que essa forma de racionalidade encontra-se, na prática, por um lado, restrita às classes dominantes – econômica e politicamente falando, no sentido de possibilidades decisórias, deixando às classes dominadas, como é recorrente nas perspectivas marxistas, apenas a ilusão de escolhas, dentro de um universo muito limitado de possibilidades predeterminadas pela estrutura, tais como escolher ou trabalhar por sobrevivência ou morrer de fome. Não se trata aqui de defender um voluntarismo ingênuo e, não por acaso, recorrente no discurso empreendedor, mas de apontar que a “racionalidade” de grande parte dos atores sociais contemporâneos responde a cálculos de diferentes variáveis mais ou menos contingentes – tradicionais; afetivas; valorativas – os quais, frequentemente, não podem ser reduzidos a um cálculo econômico. Dito de outra maneira: é muito provável que as decisões próprias de uma racionalidade neoliberal de mercado tomadas nas classes dominantes – o que inclui governos e administração pública, a despeito da aparente contradição com o discurso de “Estado mínimo” – produzam condições e limitações específicas às práticas, decisões e aspirações das classes dominadas; mas estas, com frequência, são orientadas por outras racionalidades, quando não o são por afetos, tendo em comum, hoje, uma percepção também individualizada de racionalidade.

Embora individualização e neoliberalismo caminhem de mãos dadas há quase meio século, muitas vezes se confundindo como uma coisa só, ou, ainda, com o primeiro percebido como manifestação cultural e ideológica em nível de superestrutura do segundo e, portanto, determinado por ele, entendemos que sejam fenômenos diferentes – ainda que interdependentes – e que, portanto, requerem abordagens diferentes. E a dimensão emocional é central nessa diferenciação: o entendimento do indivíduo hoje, diferentemente da primeira modernidade, não é mais deste como um ser dotado de uma racionalidade humana tomada como universal e absoluta que o capacite a tomar as “melhores” decisões com base no cálculo de

meios e fins; mas como um ser dotado de uma subjetividade irreduzível e incondicionável a parâmetros gerais lógicos externos. As emoções, então, ainda que socialmente codificadas para sua expressão e reconhecimento, são tomadas como manifestação última e mais autêntica da individualidade. E, num mundo de incertezas econômicas, políticas e ambientais, as emoções se tornam o último reduto de segurança para a definição do que se é, embora ainda careça de reconhecimento e legitimação de terceiros.

#### **4. Emoções, consumo e individualidade**

Boltanski e Chiapello (2009), em alusão à obra de Weber, sugerem um “novo espírito do capitalismo”, destacando os efeitos não previstos da crítica ao próprio capitalismo desde o pós-guerra, que, ao se contrapor à massificação da sociedade, contribuiu para promover valores individualistas. Os autores contrastam as noções de sucesso nos anos 1960 e nos anos 1990, no que a certeza nas carreiras é substituída pelo incentivo à multiplicidade de projetos, rotatividade e experiências de trabalho diversificadas. A partir de análises da literatura de gestão empresarial de diferentes períodos, os autores observam uma transformação no espírito do capitalismo, que substitui projetos de estabilidade por imprevisibilidade e constante necessidade adaptativa, promovendo, por sua vez, a precarização do trabalho e a responsabilização individual pelos sucessos e insucessos da carreira. Ainda segundo os autores:

A resposta do capitalismo à intensa reivindicação de diferenciação e de desmassificação que marca o fim da década de 60 e o início da de 70 consistiu em endogeneizá-la. [...] Essa cooptação assumiu a forma de mercantilização, ou seja, o ato de transformar em “produtos” (com incidência de um preço e possibilidade de troca num mercado) bens e práticas que – em outro estado – ficavam antes fora da esfera do “mercado”. É o processo mais simples pelo qual o capitalismo pode reconhecer a validade de uma crítica e adotá-la, integrando-a nos dispositivos que lhe são próprios: os empresários, ouvindo a reivindicação expressa pela crítica, procuram criar produtos e serviços que a satisfaçam e possam ser vendidos. [...] Ele também funcionou amplamente para fazer face às reivindicações de autenticidade: passar-se-ia a oferecer aos consumidores produtos “autênticos” e tão “diferenciados”, que a impressão de massificação se reduziria. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 444).

A valorização da noção de autenticidade é uma das características de um contexto de individualização radical profundamente relacionada à

percepção das emoções como essencialmente subjetivas e, portanto, parâmetro que se torna cada vez mais central para a avaliação – ainda que racional – da realidade e possibilidades de ação e apresentação de si. Sennett (2001) já apontava o conflito onde, se por um lado, como alguém se sente a respeito de algo passa a ser mais valorizado do que suas próprias ações ou mesmo que uma fundamentação racional para elas, por outro, cria-se o paradoxo da expressão dos sentimentos, ao mesmo tempo “autêntica” e “eficaz”. Segundo o autor: “A expressão torna-se contingente debaixo do sentimento autêntico, mas a pessoa sempre é mergulhada no problema narcisista de nunca ser capaz de cristalizar aquilo que é autêntico em seus sentimentos” (SENNETT, 2001, p. 327). De modo que, através do consumo de diferentes bens e serviços o indivíduo encontra a promessa, nunca plenamente atendida, de experimentar sua verdadeira autenticidade.

Contudo, a associação entre consumo e emoções nas sociedades capitalistas não é um fenômeno novo, embora a atenção ao tema, tanto na sociologia quanto na economia ou no senso comum através do mercado de autoajuda tenha aumentado recentemente. Collin Campbell (1995) já dedicara particular atenção a uma ética romântica emergente junto ao capitalismo, procurando distinguir sua abordagem ao focar não nas transformações do modo de produção capitalista a partir do final do século XVIII, mas tentando compreender as mudanças no consumo que contribuem para gerar as demandas que alimentam o sistema capitalista. O autor, portanto, observa uma profunda mudança cultural, associada ao romantismo – o qual deriva do sentimentalismo – ao consumo literário e à padronização da moda europeia. Ele também observa, fazendo críticas a Weber, uma “outra ética protestante” (CAMPBELL, 1995, p. 144), a qual não se reduzia ao racionalismo, mas dava atenção à expressão das emoções como sinais de bondade, graça divina e predestinação. De modo que o autor associa – especialmente a partir da popularização da literatura folhetinesca, com a prensa mecânica e pela difusão de ideais românticos que estimulavam o subjetivismo e o sentimentalismo – o consumo a uma mudança cultural nas sociedades modernas que se apresenta como resistência ao utilitarismo que caracterizaria a racionalidade capitalista de então.

Como se percebe, a crítica romântica é incorporada ao sistema, bem como ilustra o quanto é problemática uma dicotomização simplista entre racionalidade e emotividade no contexto das sociedades capitalistas. A grande mudança que se percebe, pelo menos desde o final dos anos 1970, seja na sociologia, na economia ou na psicologia, é que o tema das emoções deixa de ser relegado a uma esfera distinta da vida social: a esfera privada, não por acaso, mesclada a esfera doméstica, por sua vez historicamente tratada como de domínio da feminilidade. Eva Illouz (2011) já apontara que a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 1970, associada a estereótipos de gênero correntes que associam as mulheres ao domínio das emoções e os homens ao domínio da razão contribuíram para o que hoje configura uma espécie de amálgama onde, cada vez mais, habilidades associadas ao campo das emoções – empatia; cuidado; sensibilidade – são valorizadas tanto no campo do trabalho e da gestão de empresas quanto na apresentação que estas fazem de si perante o público consumidor. De outro lado, a autora também aponta, pela explosão da literatura de autoajuda a partir do final do século XX, a incorporação de uma racionalidade técnica, orientada para fins, na gestão e adestramento das próprias emoções.

Illouz (2011) também percebe uma importante participação dos meios de comunicação de massa na aproximação entre o capitalismo e as emoções e, em especial, às concepções e ideais de amor contemporâneos. Esses meios de comunicação contribuem para a popularização e banalização da linguagem psicanalítica, ao mesmo tempo em que promovem uma cultura do autoconhecimento e desenvolvimento pessoal, no qual as emoções têm papel central, tanto como signos de autenticidade quanto objetos de trabalho, investimento e aperfeiçoamento. Desse modo, se por um tempo, os ideais modernos de racionalidade que perduraram ao menos até o fim da II Guerra mundial opunham-se, no discurso, às emoções, entendidas como obstáculos a escolhas sensatas e ao trabalho eficiente, nas sociedades em período de desindustrialização desde os anos 1970, as emoções são instrumentalizadas tanto pelo mercado quanto por trabalhadores e empregadores simultaneamente como recursos e provas de conquista de prosperidade. Isso sob as abas do conceito popularizado de inteligência emocional, por sua vez, diretamente associado à ideia de *mindfulness*, amplamente

difundida na literatura de autoajuda e empreendedorismo, como se referindo a uma consciência plena de si, inclusive das próprias emoções.

Essa atenção crescente às emoções e aos estímulos no mercado, a busca por ideais abstratos de autenticidade, plenitude e autorrealização mobilizam a procura por bens e serviços que, ou simbolizem essas conquistas – produtos customizados ou com configurações individualizadas conforme o gosto e a necessidade dos usuários; turismo de experiências entre outros – ou que se apresentem como meios para elas: da venda de cursos *online* de todo o tipo a aplicativos de relacionamento; dieta; meditação etc. Isso, combinado ao uso corrente de redes sociais digitais contribui para a produção de formas de apresentação de si que, cada vez mais – voluntariamente ou não – aproximam-se de campanhas publicitárias, onde o usuário é o produto que vende a si mesmo. Mas, o outro lado da moeda dessa cultura da individualização contemporânea, como aponta Gabriel Peters (2021, p. 75), é a depressão:

O modelo de individualidade empreendedora que o novo espírito do capitalismo encoraja, quando não o exige sob pena de severas privações materiais e simbólicas, encontra a sua imagem reversa na figura do sujeito em depressão tal qual pintada pela psiquiatria contemporânea.

Peters (2021, p. 75) observa que o indivíduo da modernidade tardia é “exortado a realizações”, o que se aproxima da noção de provas adotada por Martuccelli (2007). Segundo este, as provas têm quatro facetas: 1) geralmente representam uma situação difícil ou dolorosa a ser superada; 2), supõem uma concepção particular do sujeito, que tem, em sua raiz, a ideia de que o ator que confronta uma prova tem a capacidade de responder a ela; 3) a noção de prova supõe um processo – formal ou não – de seleção, onde os indivíduos, para serem selecionados – para um emprego; relacionamento; clube etc. – são submetidos a uma série de provas; e 4) a noção de prova é indissociável de um conjunto de desafios estruturais, formais ou informais (MARTUCELLI, 2007, p. 116-117).

Mas, se antes, as provas “oficiais” se reduziam a conquistas como emprego estável; segurança e conforto econômico e constituição de família, o indivíduo contemporâneo é exortado a dar provas constantes de sua



felicidade; resiliência; e autorrealização instantânea. Isso num contexto de crescente aceleração do tempo que torna cada vez mais temerário, como já observara Bauman (2001), fazer planos e promessas em longo prazo. Ainda de acordo com Peters (2021, p. 79):

Tornada um mecanismo que se alimenta de si próprio, a aceleração social forçaria os indivíduos a um modo de existência presentista e situacional (Rosa, 2013, p. 224-250). Na medida em que os contextos sociais de experiência se transformam tão radical e abruptamente, os indivíduos não mais podem se fiar nem nas lições do passado nem em previsões estáveis quanto ao futuro.

Nesse contexto, é coerente que as emoções ganhem preponderância não apenas enquanto suposta expressão última da subjetividade diante de uma existência situacional, enquanto forma de reação aparentemente espontânea a cada situação, como também remetem a um senso de continuidade do indivíduo diante de um mundo indefinido em constantes transformações. Frente às incertezas, o sentimento se converte em principal indício de realidade e da própria existência para o indivíduo contemporâneo. Sua biografia, cada vez menos é percebida como projeto claro e definido, para tornar-se uma retrospectiva de experiências e as das emoções por elas suscitadas.

Sem discutir se é justificável, em termos médicos, falar de uma “pandemia de depressão”, diante do considerável aumento de diagnósticos psiquiátricos nos últimos anos, Peters (2021, p. 76) chama atenção para a sociologia se voltar às condições estruturais contemporâneas que reforçam a explosão de diagnósticos: “[...] a começar pela tendência à individualização em função da qual problemas sistêmicos são abandonados a incertas tentativas de ‘solução’ biográfica”. De todo modo, observa-se uma tendência social a identificação de quadros clínicos recorrentes e sistemáticos de sofrimento psíquico que se associam diretamente às demandas por autorrealização; autoconhecimento; autonomização e sucesso que são introjetadas pelos indivíduos, seja no campo do trabalho ou no campo das relações pessoais.

Nesse contexto, os sentimentos associados à depressão – tristeza persistente; indisposição; inadequação – além de terem se tornado centrais para os diagnósticos contemporâneos na qualidade de *sintomas*, mesmo que dissociados de manifestações psicossomáticas e fisiológicas, mobilizam também os mercados de fármacos, terapias alternativas e, dependendo do caso,

religiosos. Estes, por sua vez, podem ser adotados de forma intermitente – remédios para ajudar a dormir; suplementos para foco e concentração; exercícios de relaxamento, mantras para a mentalização da conquista de objetivos, entre outros – sem necessariamente a regularidade que caracteriza um tratamento médico ou o ritualismo das práticas religiosas. Tornam-se, portanto, dentro do léxico do indivíduo empreendedor, “ferramentas”; como uma série de instrumentos disponíveis em uma caixa, a serem pontualmente utilizados para uma finalidade específica – uma chave de fenda; um alicate; uma chave de rosca – e depois guardados e, não raramente, esquecidos. E neste mercado, seja da medicina alopática ou da medicina alternativa, ainda que se dependa da autoridade do médico ou terapeuta para se ter acesso a muitas dessas ferramentas, o indivíduo consumidor define-se a si mesmo – “o cliente tem sempre razão” – balizando-se na prática e nos discursos dos profissionais – legítimos ou não – que se prontificam para atender à sua solicitação.

## 5. Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscou-se apresentar subsídios para uma análise de relações possíveis entre emoções, consumo e mercado com ênfase na dimensão cultural, inspirados pela sociologia compreensiva weberiana, ao privilegiar processos de significação e construção de sentidos, nem sempre baseados no cálculo racional econômico. Partindo dessa abordagem e ancorados em amplo referencial clássico e contemporâneo, observamos que, apesar de abordagens que não se ocupem centralmente das questões do indivíduo por razões epistemológicas, o tema sempre acaba emergindo nos debates sobre a modernidade, a constituição e manutenção das sociedades capitalistas. Mesmo autores que priorizem abordagens materialistas históricas ou estruturalistas, de algum modo se ocupam da problemática do indivíduo, ainda que seja para qualificá-lo como determinado por forças externas e independentes de suas consciências. De toda forma, seja em sentido ideológico ou concreto, a categoria indivíduo se revela central na constituição das sociedades modernas, em sua relação não apenas com a economia, enquanto trabalhador; consumidor ou empreendedor, mas também com valores, com o sistema legal e com uma moralidade não mais condicionada pelas tradições religiosas, ainda que delas preserve alguns resquícios.

Entendemos que a categoria indivíduo, embora presente desde os primórdios da sociologia, não tenha recebido grande atenção ao longo do século XX, ao menos até meados dos anos 1960, enquanto se priorizaram abordagens de inspiração marxista ou estrutural-funcionalista, ganhando um pouco mais de espaço em abordagens fenomenológicas ou interacionistas, sobre as quais pesava constantemente a crítica de menosprezarem a força das estruturas sociais e econômicas, expressas principalmente na estratificação por classes. Contudo, desde meados dos anos 1960 até o final do século XX, uma série de questionamentos tanto nos âmbitos político quanto econômico e acadêmico lançaram dúvidas persistentes sobre as bases econômicas e ideológicas das sociedades industriais, atingindo ponto crítico na década de 1970, com a crise do petróleo. Nesse período, há a emergência do neoliberalismo, que ganha destaque na política e na economia, sob a cartilha do “Estado Mínimo”. A crise, o desemprego e a redução de serviços e benefícios oferecidos pelo Estado nesse contexto tiveram papel importante na promoção de discursos de responsabilização individual e na busca por soluções individualizadas para problemas de ordem sistêmica. Nisso, em diferentes veículos – rádio, cinema, televisão, revistas, literatura de autoajuda publicidade – discursos de promoção de valores individualistas ganham ainda maior visibilidade.

Tudo isso pode facilmente levar alguns leitores e estudiosos a deduzirem uma relação de causa e efeito entre neoliberalismo e a cultura individualista contemporânea, reduzindo o indivíduo e a cultura a consequências de mudanças nas relações de produção da economia capitalista. Esta é justamente a visão que este artigo propôs combater e criticar. Reconhecendo que a economia e a política têm, sim, papel importante na história e na cultura desta e de qualquer sociedade, ao definirem tanto as condições materiais objetivas de existência quanto as formas legítimas de gestão dessas condições diante da população, entendemos que há muitos aspectos que não são suficientemente explicados se abordadas apenas as perspectivas do mercado e as relações de trabalho. As obras de Dardot e Laval ou de Boltanski e Chiapello, embora tragam contribuições importantes para pensar as mudanças culturais à luz da economia e das transformações no mundo do trabalho enquanto uma nova razão de mundo, ainda sugerem, mesmo que de forma complexa e

elegantemente elaborada, leituras que remetem a um determinismo economicista do comportamento humano e social.

Sem desprezar tais contribuições, acreditamos que ainda se fala pouco, na sociologia contemporânea, do indivíduo não simplesmente como agente inserido no social, mas como categoria que condensa valores, crenças morais; orientações práticas e ideais socialmente compartilhados. E essa figura hodierna de indivíduo, como já apontaram Beck e Beck-Gernsheim (2002), não é, nem de longe, a mesma que estava nas bases do capitalismo de final de século XIX ou mesmo das políticas de bem-estar social e do individualismo institucionalizado no pós-Segunda Guerra Mundial. Assim como o entendimento acerca da individualidade foi central para embasar políticas econômicas e mercados, sua significação hodierna também o é. E, diferentemente do indivíduo da Teoria da escolha racional (ELSTER, 1994) a quem era atribuída uma racionalidade percebida em termos da racionalidade econômica específica do sistema capitalista, enquanto propriedade humana universal que o capacitava para decisões ótimas e conscientes, o indivíduo contemporâneo é determinado, conforme apontou Martuccelli (2007), pelo valor da singularidade. E esta última encontra sua expressão mais patente nas emoções.

Não se trata aqui de sugerir que este é menos racional e mais emocional que aquele, pois não abordamos o tema sob uma perspectiva que oponha racionalidade e emotividade. A experiência, o estímulo, a valorização e a expressão das emoções são também atravessados por decisões racionais e conscientes, visando ou não a fins específicos, bem como escolhas racionais são feitas com base em cálculos de satisfação emocional. O que este artigo intentou apontar é que, em um contexto cultural em que a referência de indivíduo se torna o empreendedor de si, supostamente autoproduzido, e guiado pela autorrealização, autoconsciência, colecionador de experiências e impressões subjetivas acerca da realidade, as emoções – tanto experimentadas quando idealizadas e buscadas – adquirem uma centralidade e relevância em planos, decisões e ações que provavelmente não tinham apenas algumas décadas atrás. Nesse sentido, em relação ao mercado, o tema do consumo, enquanto recurso para experiências emocionais e reafirmação da autoidentidade, ganha relevo. Ainda que as associações entre prazer, consumo e identidade não

sejam novidade, conforme já apontou Campbell (1995), elas parecem hoje revestidas de maior importância por seus efeitos de singularização, que se potencializam com as novas tecnologias digitais quando estas permitem configurações cada vez mais personalizadas no uso de produtos e serviços, combinadas a algoritmos planejados para prever e reforçar comportamentos de consumidores e usuários com base em seus hábitos e interesses recorrentes.

De tal modo que não se trata de sugerir que vivemos em um contexto de indivíduos mais emotivos, mas, antes, em um contexto que confere uma significação e valorização específica das emoções – bem como as formas mais e menos legítimas de sentir e de expressá-las – que, por sua vez, estão diretamente associadas a um ideal específico de indivíduo autorrealizado que se promove como universal. Isso por sua vez, tem implicações nos mais variados mercados dentro das economias capitalistas contemporâneas: desde os fármacos, como indicara Peters (2021), passando pela medicina alternativa; espiritualidade; turismo de experiências; serviços e aplicativos de relacionamentos etc. E, nesse sentido, a identificação com uma classe ou função profissional específica torna-se cada vez mais rara, pois a ocupação profissional é cada vez mais percebida como um meio pragmático – passível de quantas mudanças forem precisas – para o fim maior que é a autorrealização; estado abstrato e incerto, nunca plenamente atingido.

Portanto, avaliamos que uma compreensão mais aguçada do comportamento social hoje, inclusive em relação ao mercado, passa necessariamente por uma abordagem dos processos de individualização contemporâneos, caracterizados pela singularização, tomada como parâmetro de referência que caracteriza os imperativos do empreendedorismo de uma “biografia do tipo faça você mesmo” (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002), mas levados a cabo nas mais variadas esferas da vida social e privada, sem necessariamente constituírem uma racionalidade neoliberal. Nesse sentido, o consumo de bens e serviços direciona-se, em grande medida, para a aquisição de ferramentas – tanto materiais quanto abstratas – para a construção dessa biografia, na qual as emoções – tanto boas quanto ruins, pois se dá particular valor à ideia de “superação” – têm, antes de tudo, a função de atestar, sobretudo para si mesmo, que se é “real”. Assim, acreditamos que seja do interesse da Sociologia econômica – bem como de outros campos

da pesquisa social – um olhar mais atento à figura do indivíduo que se constitui como referência cultural hoje; indivíduo este que se afirma não mais pelo ideal da racionalidade, mas, antes, pelo autoconhecimento, pela fidelização a si mesmo e, sobretudo, a suas emoções e seus desejos.

## Referências

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BECK, U.; BECK-GERNSEHEIM, E. **Individualization**: Institutionalized individualism and its social and political consequences. London: SAGE Publications, 2002.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CAMPBELL, C. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- DAROT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.
- ELSTER, J. **Peças e engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- LAHIRE, B. **O homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LASCH, C. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- LUHMANN, N. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MARTUCCELLI, D. **Lecciones de sociologia del individuo**. Lima: Universidad Católica Del Peru, 2007.
- MARTUCCELLI, D. La individuación como macrosociología de la sociedad singularista. **Persona y Sociedad**, v. XXIV, n. 3, p. 9-29, 2010.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- PETERS, G. O novo espírito da depressão: imperativos de autorrealização e seu colapso na modernidade tardia. **Civitas**, n. 21, v. 1, p. 71-83, jan./abr. 2021.
- ROSE, N. **Inventando nossos selfs**: Psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SIMMEL, G. **Questões fundamentais em Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**, v. I. Brasília: UNB, 2000.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WEBER, M. A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. *In*: WEBER, M. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Centauro, 2008. p. 13-107.

Recebido: 06/10/2022

Aceito: 04/11/2022

Versão final: 04/11/2022

## Emotions in the constitution of an entrepreneurial individuality: Possible Contributions To An Economic Sociology Of The Present

### **Abstract**

This article proposes a sociological analysis of the processes of individualization in contemporary times, positioning itself critically to the perspectives that tend to identify it as a simple result of neoliberalism in the political and economic fields. In this sense, from a comprehensive perspective, it is argued in favor of individualization as a historical and cultural process that, at the same time, affects and is affected by the market in capitalist societies. Furthermore, it is noteworthy that, although individuality was an element present in the political and ideological bases of modern societies, this today would be resignified, giving special place to the emotional and subjective dimension, distinguishing itself from the emphasis on liberal economic rationality. Thus, it proposes a contribution from the cultural perspective to economic sociology, focused on entrepreneurship and the meaning that emotions acquire in such context.

**Keywords:** Individualization. Neoliberalism. Emotions. Entrepreneurship.